

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Dado o momento que Portugal e a Europa atravessam, a crise do Euro mas sobretudo as dificuldades na criação de emprego e a necessidade de crescimento económico nos países europeus e em particular em Portugal, é importante garantir que o investimento em I&D deve ser cada vez mais rigoroso e direcionado para a inovação como alavanca do crescimento.

Reconhecendo o esforço feito Estado, por empresas, centros de investigação, públicos e privados, e instituições de ensino superior, na busca de conhecimento que permita inovação e a resolução de problemas, os Deputados signatários desta pergunta, consideram que hoje, mais do que nunca, é fundamental aumentar o rigor na gestão das verbas da ciência, na sua boa aplicação e sobretudo no seu direcionamento para áreas estratégicas definidas pelo Estado em concertação com os *stakeholders* existentes.

Consideramos que devem ser discutidas e colocadas em causa a forma como as verbas da I&D são aplicadas no nosso país, a prioridade que deve ser dada a investigação concertada com o mercado, sectores prioritários e necessidades empresariais existentes.

Tendo em conta o próximo Quadro Comunitário que irá vigorar para os próximos anos, e a relevância que terá no investimento público e privado em Portugal, a fim de fazerem propostas informadas neste sector, os Deputados colocam as seguintes questões:

1 – Qual a percentagem de investimento público alocado a I&D, respectivamente na tutela directa do Ministro da Economia e Inovação e do Ministro da Educação e Ciência?

2- Qual a articulação que é feita entre ambas as tutelas na área do investimento em I&D?

3 – Que outros sectores da governação, além da Economia e Educação, dispõem de verbas para I&D? Sendo que existem outros sectores, estão articulados com os restantes na órbita do Governo?

4 – As áreas prioritárias de investigação sob tutela do Ministério da Economia e da Educação e Ciência estão devidamente articuladas e são coincidentes? Quais são?

5 – Que programas e instrumentos de apoio a I&D estão em vigor, quais os respectivos montantes disponíveis e taxas de execução?

6 – Que medidas tem o Estado levado a cabo para fiscalizar os montantes disponibilizados pra I&D?

7- Está o Governo disponível para fazer um Estudo sobre o nível de retorno para o país e para a economia das verbas públicas investidas em I&D?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 28 de Março de 2013

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)